

A NOÇÃO DE LIVRE ARBÍTRIO NO PENSAMENTO SCHOPENHAUERIANO: UMA LEITURA DE *A CONTESTAÇÃO DO LIVRE ARBÍTRIO*

Bruna Rodrigues Soares (ICV – UFPI).

Prof. Dr. Luizir de Oliveira (Orientador, Depto. de Filosofia – UFPI).

Introdução: *A Contestação do Livre Arbítrio* aparece na obra de Arthur Schopenhauer (1788-1860), como a resposta dada por este ao concurso proposto pela Academia Real Norueguesa a qual lançara a seguinte questão: “poderá ser o Livre Arbítrio demonstrado pelo testemunho da consciência de si?”. O texto afirma que o que acontece, acontece necessariamente. A partir da concepção kantiana de que causa e efeito estendem-se por todo o mundo da experiência, postula que cada ato individual é determinado por causa ou motivos anteriores. O Livre Arbítrio entende toda ação humana como um milagre inexplicável, como um efeito sem causa. Para Schopenhauer, uma causa em geral consiste na modificação antecedente que torna necessária a modificação conseqüente. Portanto, nenhuma causa gera o seu efeito nem o cria a partir do nada. Há sempre uma matéria sobre a qual se exerce e ocasiona, em um momento, em um lugar e sobre um ser, uma modificação adequada à natureza do ser e para a qual esse ser já possuía a força. Desse modo, não haveria efeito sem causa. O ataque à doutrina do Livre Arbítrio avança assim até a idéia da não-liberdade do querer. O que dá a uma ação o seu caráter moral é a possibilidade de realizar essa ação ainda que contrarie a inclinação natural. Com efeito, o ataque ao Livre Arbítrio acarreta à ética schopenhaueriana um caráter realista ao rejeitar a concepção comum de liberdade, ou seja, a concepção de que ser livre significa poder escolher entre uma e outra coisa, e ainda poder fazer as coisas de uma maneira diferente de como escolhermos fazê-las. Mais: afirma que por termos a certeza inabalável de que somos senhores de nossos atos nosso senso de responsabilidade revela um caráter inato autodeterminado e independente da experiência.

Metodologia: A pesquisa tem como alvo a explicitação do conceito de Livre Arbítrio na filosofia schopenhaueriana, a partir da leitura do livro *A Contestação ao Livre Arbítrio*. Este livro foi estudado no intuito de mostrar os argumentos de Schopenhauer no que diz respeito à impossibilidade do Livre Arbítrio. Neste sentido, com o objetivo de complementar as leituras, foram utilizados artigos e livros de autores especializados sobre o assunto.

Resultados e discussão: Para o filósofo, as ações humanas são causadas pela junção do caráter imutável, que cada pessoa possui desde seu nascimento, com os motivos que entram em jogo na ação em questão. Esse é seu argumento principal para fundamentar sua tese de que todas as ações são determinadas, e de que na relação entre intelecto e Vontade, a última sobressai sobre o primeiro. No entanto, a questão fundamental é se o próprio querer é livre, ou melhor, se tenho liberdade para escolher, excluindo todos os obstáculos, entre duas coisas distintas. Posso fazer algo, e se tiver vontade posso fazer diferente? Como ter ido à Universidade, e ter a consciência de que se tivesse tido vontade não teria ido à Universidade, mas a outro lugar? Schopenhauer parte desses questionamentos para chegar ao problema da liberdade: terá sido mesmo minha vontade ir à Universidade? Devo partir do exame do meu próprio conhecimento das minhas ações, dos motivos? Schopenhauer é peremptório ao

responder que não. E para chegar a essa conclusão coloca em confronto a vontade, primeiro, diante da consciência e, em seguida, diante da percepção exterior. Afirmarções do tipo “Posso fazer o que quero?”, como escreve Schopenhauer, na verdade, nada dizem sobre a questão do Livre Arbítrio. Porque partem da pressuposição dada de que a consciência de si pode controlar as ações do corpo. Para conhecer de fato o mundo é preciso, sobretudo, lançar o olhar para a interioridade do eu, como se existisse um outro eu dentro do ser e esse outro eu carregasse em si “o enigma do mundo”, a Vontade. A consciência não conhece ou apreende as coisas na sua interioridade. Somente quando a Vontade é levada ao mundo exterior, quero dizer, quando exteriorizada nas ações do corpo, e por meio das categorias *a priori* (de tempo, espaço e causalidade), é possível que a consciência conheça pelos dados fornecidos pela percepção exterior não completamente, mas em parte, aquilo que pertence ao “fórum íntimo do mundo” e que se torna real pela experiência. O homem por estar no mais alto grau de sofisticação em relação a outros seres da natureza pode intervir sobre os motivos por meio daquilo que o difere dos outros animais (razão) interferindo de modo que suas decisões sejam baseadas na reflexão. Ademais possibilitando uma vasta gama de possibilidade, ao contrário dos outros animais. O homem como que assume a figura de um tribunal que por meio do pensamento pode, diante de uma gama de motivos, “escolher” um motivo mais forte que convém a Vontade. Porque ela é que acaba ficando no fim das contas como determinante. Aceitar a liberdade de indiferença seria paralisar a razão e as formas do entendimento, pois admitir a possibilidade dessa liberdade significaria considerar cada ação humana um efeito sem causa, o que fere a lógica. A Vontade é então a energia vital que rege os fenômenos e que não está submetida à causalidade. O que faz supor já a impossibilidade de mudança do caráter, e reforça a hipótese de que esse não pode decidir quanto ao curso de uma ação. Isso funda a não possibilidade de uma ética prescritiva.

Conclusão: No presente trabalho me propus analisar a questão do Livre Arbítrio em Schopenhauer atentando para os desdobramentos desse conceito no interior de seu pensamento acerca da Vontade e seus possíveis pontos de apoio para a formulação de uma ética de caráter fatalista. Com isso tive o cuidado de explicitar conceitos-chaves de sua filosofia, bem como averiguar o tratamento dado ao tema pela tradição cristã, para uma melhor compreensão do tema proposto. Em minha análise pude notar a importância da questão da liberdade para compreender a proposta de uma ética mesmo determinista voltada para a responsabilidade individual de cada pessoa. Com Schopenhauer, chegamos à conclusão de que o homem não é o “dono de si” e de suas ações. Há algo sem fundamento e insuspeito, subjacente ao ser, e que determina o seu desejar, o seu agir, já que desejar e agir em Schopenhauer se confundem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BACELAR, Kleverton. Psicologia e metafísica em sobre o Fundamento da Moral. *Revista de Filosofia*. Curitiba: EdIPUCPR, v. 15, n. 16, pp. 25-40, 2003.
- JANAWAY, Christopher. *SCHOPENHAUER*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Trad. Adail Ubirajara Sobral.

MARTINEZ, Horácio. A recusa de Schopenhauer ao “livre-arbítrio” da moral kantiana. *Revista de Filosofia*. Curitiba: EdIPUCPR, v. 18, n. 21, pp. 45-68, jul./dez. 2005.

MODIN, Battista. *O homem quem é ele? : Elementos de antropologia filosófica*. São Paulo: Paulus, Ed. 12ª, 2005. Trad. R. Leal e M. A. S. Ferrari.

SALVIANO, Jarlee. Desconfortável consolo niilista: ética de Arthur Schopenhauer. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. São Paulo, 6.1/2005. Pp. 83-109.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. Trad. Jair Barboza.

_____, *Contestação ao livre- arbítrio*. Porto, Portugal: Editora Rés-Editora, 2002. Trad. Lurdes Martins.

STAUDT, Leo Afonso. O significado moral das ações como negação da vontade, para Arthur Schopenhauer. *Revista Filosofia*. Curitiba: EdIPUCPR, 19 (25): pp. 273-303, 2007.